



PARA O POVO



Combater o Autoritarismo
e Salvar a Democracia



A. C. GRAYLING



«Devemos dispor o nosso governo de maneira que,
ainda que caia nas mãos de um homem mau,
ficaremos em segurança.»

Frederick Douglass (1818–1895)

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	11
<i>Introdução</i>	15
1 «Do, Pelo, Para» o Povo	23
2 Alta Finança e Democracia	49
3 O Modelo Alternativo: Virar-se para o Autoritarismo	91
4 Interferência que Mina a Democracia	125
5 Restaurar a Democracia	163
<i>Apêndice I</i>	195
<i>Apêndice II</i>	199
<i>Notas</i>	237
<i>Índice Remissivo</i>	265

PREFÁCIO

Estaremos a viver o fim do momento democrático da história? A democracia, adquirida tão recentemente, com menos de dois séculos no máximo e ainda não disponível para um vasto setor da população mundial, está sob pressão. Muitos começam a perder a fé que têm nela, outros atuam para a enfraquecer. Neste livro, analisam-se as razões pelas quais isto está a acontecer e de que modo, e propõem-se soluções — ou, pelo menos, melhoramentos —, porque aquilo que as democracias oferecem aos seus povos em matéria de liberdades civis, direitos humanos e Estado de direito é demasiado precioso para se perder. É, pois, indispensável salvar o sistema constitucional que lhes dá corpo.

É importante esclarecer logo à partida que a designação «democracia» se aplica a um espectro de disposições constitucionais, reunidas sob esse nome por partilharem uma base comum caracterizada pelo princípio de que a soberania num sistema de governo reside no consentimento expresso do povo. Há um segundo princípio pressuposto nesta ideia, mas que não é articulado com frequência: o de que o governo existe, ou deve existir, para benefício do povo. Ambos estes princípios requerem

uma clarificação, visto que formulados nestes termos gerais consentem diferentes interpretações e as interpretações são importantes. Quando o termo «democracia» é usado, em sentido geral irrestrito, nas páginas que se seguem, denota um regime político que assenta explicitamente no primeiro princípio, a saber, que o governo recebe a sua legitimidade do «consentimento expresso do povo», uma frase que, em si mesma, pede explicação.

Em livros anteriores, destinados ao público em geral, usei «democracia» no sentido do primeiro princípio, deixando no contexto o desenvolvimento de uma ideia quanto à forma em que deve ser preferida, justificando essa preferência com fundamento no segundo princípio, ou seja, de que o governo existe para o benefício do povo, significando aqui «povo» cada indivíduo do Estado.¹ Esses livros foram escritos sob a pressão das circunstâncias, quando acontecimentos significativos no ano de 2016 suscitaram uma perceção mais carregada de ameaça à ordem democrática decorrente de como o mundo tinha evoluído nas décadas precedentes, sobretudo nas vertentes económica e tecnológica. No presente livro, tendo-se agravado as circunstâncias, são discutidas algumas das questões mais profundas em jogo a fim de explicitar totalmente as ameaças ao regime democrático e o que é necessário para protegê-lo e aos direitos e liberdades que incorpora. Repito: fazê-lo é de extrema importância, tem um alcance existencial. Todos têm de ter uma consciência clara destas questões. A discussão destes problemas não pode ficar circunscrita às publicações académicas e aos teóricos, mas deve ser devolvida ao centro do debate público.²

O foco prioritário de atenção nestas páginas são os Estados Unidos e o Reino Unido e, por implicação direta, qualquer sistema baseado no «modelo de Westminster» que, de formas mais ou menos adaptadas, vigora em mais de cinquenta regimes

(sendo os próprios EUA, talvez para surpresa de alguns, um deles). Todavia, apesar de algumas características deste modelo terem um papel particular em provocarem a insatisfação com a democracia, ao serem organizadas para limitar a influência da voz popular nas políticas públicas, todas as democracias enfrentam dificuldades devido à sua incapacidade para enfrentar os desafios com que se confrontam no mundo atual. Estes desafios, e a maneira de lhes responder, constituem o tema deste livro.

INTRODUÇÃO

Há quatro razões principais para que a democracia esteja sob pressão — na verdade, sob ataque — e para que se esteja a perder a fé nela.

Uma é que não está a corresponder quanto baste às aspirações e necessidades das pessoas, tendo ficado encurralada entre as divisões políticas e os sectarismos que reduzem a sua capacidade de resposta às diversidades sociais e económicas. Em quase todas as democracias, a cultura política tornou-se um pântano de polarização desestabilizadora, desavenças, falsidade e propaganda, contaminando a credibilidade do governo e alienando as massas. E em vários desses casos o problema é exacerbado por razões sistémicas, nomeadamente, sistemas eleitorais e o modo como o poder se posiciona na estrutura do regime, que em conjunto diluem o efeito dos interesses da população nas ações do governo.¹

A segunda razão é que as empresas multinacionais se subtraem aos poderes dos Estados individuais e provocam danos que a democracia não consegue controlar. Sobreretudo ao longo do último meio século, o capitalismo produziu entidades

demasiado grandes e poderosas para que os governos nacionais as constrejam, e os imperativos do lucro que as guiam são a causa inexorável de depredações ambientais e humanas que levam os cidadãos a desesperar por soluções. Em consonância, mas só em parte de forma justificada, os cidadãos culpam os seus próprios sistemas políticos. Além disso, o capitalismo tornou-se uma estrutura em que são acumuladas vastas quantidades de riqueza num número cada vez menor de mãos, riqueza que é sequestrada para paraísos fiscais, privando as economias nacionais de receitas significativas, acentuando as desigualdades e habilitando indivíduos e corporações extremamente ricos a exercerem influência nos governos com vista a garantirem a proteção das suas atividades económicas e dos seus lucros. Um de vários aspetos particularmente agravantes é a indústria e o negócio das armas, um setor internacional gigantesco cujos lucros dependem da ocorrência e da continuação de conflitos, tanto civis como internacionais.

A terceira é que o modelo para a melhor organização das entidades políticas, que nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial levou muitos Estados, sobretudo antigas colónias recém-emancipadas, a adotarem a democracia, na prática ou na forma, já não convence, com a China e outros regimes autoritários de sistema semelhante a servirem de modelo alternativo que atrai demasiadas pessoas na política e na economia.

A quarta é que está em curso um enfraquecimento deliberado das democracias por antidemocratas e antidemocracias, recorrendo a interferência, informação falsa e propaganda alimentada pelas novas tecnologias de comunicação direcionada de massas, através dos órgãos noticiosos convencionais e, particularmente, das redes sociais.

A par destas, há pressões correlativas. A migração, seja suscitada pela pobreza, pelos conflitos ou pelas alterações climáticas, alimenta as pressões políticas internas e é explorada por políticos populistas. Todos os três males — clima, migração e conflito — estão associados à segunda razão referida, nomeadamente, a impunidade das grandes empresas multinacionais.

Importa salvar a democracia porque os seus benefícios, obscurecidos por aqueles desafios, são demasiado importantes para se perderem. Estes benefícios são de tal maneira dados como certos que se podem ter tornado invisíveis para os respetivos beneficiários. Ainda que sejam poucos os lugares onde existe uma «verdadeira» democracia — a maioria das democracias são versões «republicanas», no sentido em que este termo denota elites políticas eleitas parcialmente restringidas — a sua conformidade geral com os princípios do primado da lei, das liberdades civis e dos direitos individuais é uma realização preciosa, historicamente muito recente e que foi difícil de conquistar. A negligência para com o valor prático desta realização, e o descontentamento crónico com os governos por questões de interesse económico e social imediato no âmbito dos ciclos eleitorais, deixa as pessoas cegas para aquilo que terão a perder se a democracia fracassar. E aquilo que estão em risco de perder são as suas liberdades individuais, a proteção dos seus direitos e o primado da lei.

Chegou-se ao ponto de até algumas das *virtudes* da democracia serem vistas como defeitos. As democracias são ruidosas devido ao debate, à argumentação, às críticas e às diferenças de opinião relativamente a rumos alternativos de ação. Quando estas características se tornam tóxicas, como tem acontecido sobretudo ao longo do pouco mais de uma década que precede o tempo em que escrevo, parecem uma abundância de dissabores

sem fim e até de desordem. Em contrapartida, as tiranias são silenciosas, aparentemente sem conflitos e divergências políticas porque tais coisas são reprimidas. As tiranias são silenciosas da mesma maneira que as terras devastadas são silenciosas: desertas de direitos e liberdades, onde não são autorizados o debate e a crítica, a dissensão é esmagada e a população é um exército mobilizado ao serviço de uma intriga ou de um indivíduo. Nas democracias, os direitos e as liberdades individuais são adquiridos à custa de um esforço ruidoso. O falso desejo de paz política — para pôr termo ao ruído e pelo alívio da responsabilidade fatigante de se envolver — torna atraente a ordem aparente dos regimes mais autoritários.

Veio a ser tanto mais assim porque o principal exemplo de um tal regime, a República Popular da China, aprendeu a desviar a atenção da repressão efetiva mediante uma espécie de pão e circo, consumismo, organização de aparência moderna possibilitada por altos níveis de crescimento económico, sendo isto algo que basta a muitos. É que não só tais disposições distraem da ausência de liberdades fundamentais, como fazem com que muita gente se sinta menos propensa a procurar tais liberdades, se fazê-lo implica esforço e problemas. Porque se nos conformarmos e obedecermos poderemos prosseguir com segurança, e até alegremente, com a nossa existência, desfrutando do nível de vida alcançado. Quem precisa do direito de exprimir opiniões sobre o governo se tiver um nível de vida satisfatório? É esse o raciocínio.

Uma passividade deste tipo poderá ser atraente a nível individual, mas o conformismo, a repressão de ideias alternativas, a hostilidade para com a inovação e a criatividade (exceto nas tecnologias que servem a economia: estas são, obviamente, encorajadas), a ausência de debate, a recusa de liberdade intelectual

e da expressão artística que conteste as normas, resultam numa sociedade estupidificada, estática e monocromática, cuja superficialidade e banalidade sufoca o espírito de qualquer um que não seja insensível à ideia de que, sendo o desenvolvimento humano — em qualquer sentido que não a estabilidade económica — matéria extremamente diversificada, a liberdade individual é relevante. Malgrado todas as imperfeições e dificuldades das democracias, estas conseguiram em grande medida proteger as liberdades individuais, cujo valor vai muito para além de tudo o que proporciona a falsa paz da passividade e a ausência das responsabilidades onerosas de pensar, escolher e participar.

Diz-se que «o preço da liberdade é a vigilância eterna»; poderia adequar-se isto melhor dizendo que «o preço da liberdade é o envolvimento eterno». Em regimes totalmente autoritários, a mensagem é: «Não preocupem as vossas cabeças com assuntos de governo, porque, de toda a maneira, se o fizerem serão encarcerados». Nas democracias, a mensagem é (ou deveria ser): «Preocupem as vossas cabeças com o governo, porque se não o fizerem serão governados opressivamente e, em aspetos cruciais, mal governados contra a vossa vontade.» O facto de muitos não se importarem com o que é exigido é um convite àqueles que querem substituir a democracia por um governo autoritário ou mais autoritário, de modo a que os incomodados se preocupem o suficiente, por uma última vez, para votarem pelos seus carcereiros — o que é, essencialmente, a história do populismo, o movimento que procura fazer «por uma última vez» o uso da democracia para destruir a democracia.

Este livro desenvolve-se do seguinte modo: o Capítulo 1 debruça-se sobre o que, em princípio, significa o conceito de «democracia» e o que significa na prática. A maneira como a democracia veio a tornar-se vítima dos aspetos negativos da

política é uma razão para a perda de fé que tem sofrido; é descrito como isto aconteceu — juntamente com provas recentes de que está a acontecer — e é explicada a solução para o problema.

O Capítulo 2 discute a maneira como o capitalismo se metamorfoseou de um sistema eficaz e racional para lidar com os aspetos da atividade económica num monstro irrefreável que arruinou o meio ambiente do planeta e promoveu a desigualdade, a injustiça e a discórdia civil e internacional. Se esta exposição é motivada por qualquer posicionamento sociopolítico em particular, é um posicionamento social-democrata assente em ideias concessivas sobre economias mistas, desde que os sistemas resultantes respeitem totalmente os direitos humanos, as liberdades civis e o desígnio da justiça social, que são demonstradamente as principais promessas da consecução do Iluminismo e a razão mais importante pela qual a democracia importa. Todavia, uma perspetiva de esquerda não tem um monopólio desta visão do capitalismo; até de uma perspetiva centrista ou conservadora moderada, os excessos perigosos do capitalismo são intoleráveis e têm de ser denunciados.

O Capítulo 3 discute os modelos alternativos de governação que pendem para formas de autoritarismo e invoca tanto exemplos contemporâneos como lições da história para ilustrar como, de um ponto de vista determinante de direitos e liberdades individuais fundamentais, são tão indesejáveis. A discussão implica o conceito profundamente importante de Estado de direito que, em consequência, é analisado neste capítulo, e também porque esta é, por sua vez, uma questão *ética*. O autoritarismo consiste na negação do Estado de direito; o Estado de direito protege direitos e liberdades; a ascensão antidemocrática do autoritarismo constitui, em consonância, uma grave ameaça. Esta é uma questão determinante.

O Capítulo 4 discute a interferência deliberada, sobretudo de agências externas, destinada a debilitar as democracias. Apesar de tanto o objetivo como a atividade de desestabilizar os regimes tenha sido sempre uma arma do lado negro da diplomacia e das relações internacionais, o advento da Internet e, principalmente, das plataformas das redes sociais levou muito mais longe e com muito maior efeito a transformação desta atividade em arma. Enfrentar o problema desta forma nova e perigosa é uma questão de urgência.

O Capítulo 5 reúne, resume e conclui os pontos abordados nos capítulos precedentes, constituindo a receita para salvar a democracia com vista a preservar os benefícios inestimáveis que oferece sob a forma de direitos e liberdades fundamentais, tendo em conta que foram eles que tornaram possível o que de melhor tem o mundo moderno: a ciência e as suas aplicações positivas na medicina, na atividade económica, nas comunicações e na qualidade de vida; e, não menos importante, na liberdade para fazer escolhas individuais no que respeita à vida, ao amor e à expressão pessoal.

A tomada de consciência de que a humanidade permanece ainda num estágio infantil está entre os sentimentos mais desanimadores suscitados pela análise do estado do mundo. Continuamos a entrar em guerra — *matamo-nos* realmente uns aos outros e a quaisquer espectadores que se achessem no caminho — para resolver disputas e divergências. Continuamos não apenas a consentir, mas a encorajar e até a admirar a busca da riqueza, uma demanda que muitas vezes se manifesta como ganância, e a celebridade que a riqueza pode comprar, que demasiadas vezes se manifesta como narcisismo. O amadurecimento da humanidade precisa do que a democracia promete oferecer se, para usar a expressão de James Madison,

for «bem elaborada», nomeadamente, com uma plena aplicação dos direitos humanos e das liberdades individuais e da justiça social e económica correlativa. Para isto, precisamos de construir bem a democracia — ou, mais rigorosamente, precisamos de *re*-construir bem a democracia, porque a sua atual arquitetura já não cumpre adequadamente a promessa que nela está implícita. As reformas necessárias são praticáveis; não se trata aqui de um apelo à revolução. O princípio orientador da reforma tem de ser o de que uma arquitetura renovada serve a finalidade de exercer a democracia não só *pelo* povo, mas genuinamente *para* o povo — toda a gente, individual e coletivamente.

«Do, Pelo, Para» o Povo

Talvez a definição mais concisa, e decerto a mais memorável, de democracia tenha sido dada pelo presidente Abraham Lincoln no seu discurso em Gettysburg a 19 de novembro de 1863, a meio da Guerra Civil Americana, numa cerimónia fúnebre pelos muitos que tinham tombado na batalha feroz e sangrenta que se travara nas redondezas, um ponto de viragem naquele conflito terrivelmente devastador. Lincoln descreveu o lado da União como sendo defensor do «governo do povo, pelo povo, para o povo». É uma síntese esplêndida do ideal democrático. É simultaneamente uma descrição extraordinariamente desonesta da democracia na América, não só naquela altura, mas antes e desde então; e isto aplica-se igualmente à democracia em quase toda a parte. A razão é que a palavra «povo» tem um sentido diferente em cada aliteração na definição lincolniana, um equívoco que ainda persiste.

«Povo» em «governo *do* povo» significa *todos* os que integram o Estado: homens, mulheres, crianças, velhos, novos, escravos, livres, incapacitados ou sãos.

«Povo» em «*pelo* povo» significa «aqueles que são emancipados, ou seja, podem votar», o que não é toda a gente, mas (no tempo de Lincoln) apenas *homens brancos* e (no nosso tempo) adultos com mais de 18 anos que não estejam desqualificados de outra maneira (por exemplo, no Reino Unido, por estarem presos ou serem pares da Câmara dos Lordes). No entanto, mesmo no sistema mais recente de «sufrágio universal adulto», os direitos civis não são iguais. Os muito ricos dispõem de um «voto» que não está ao alcance dos cidadãos comuns, através da influência sobre os processos políticos. São muitos aqueles cujo voto pode ser manipulado por desinformação orquestrada e orientação errónea para resultar em escolhas que não são do seu interesse. O governo político escolhe a que votos dar atenção e quais ignorar. Sistemas eleitorais como o «maioritário simples uninominal» (*first past the post*) priva milhões de votos de qualquer influência. Assim, o povo do «*pelo* povo» é, na melhor das hipóteses, um subconjunto do povo do «*do* povo» e mesmo aí alguns desse subconjunto dispõem de um supervoto e muitos têm um voto que não conta minimamente.

O «povo» em «*para* o povo» significa na prática e principalmente a parte do povo que vota no partido político, ou lhe doa dinheiro, que, dispondo de uma maioria na legislatura, constitui o governo. Pois, ao pretender conservar o poder mediante a reeleição, um partido político no governo assegurar-se-á em geral de que as suas políticas não afugentam os seus apoiantes, mas antes que as políticas que oferece e implementa atraem e retêm esse apoio. Tendo em conta que, até na forma mais pura de um sistema eleitoral democrático, um partido só precisa de 51 por cento dos votos para governar, «o povo» assim privilegiado no «*para* o povo» poderá não ser mais de metade do povo denotado em «*do* povo». Porém, devido ao modo como funcionam os

sistemas eleitorais, sobretudo os sistemas pluralistas (maioritários simples uninominais), que tendem sempre a produzir bipartidarismo, os governos costumam obter o apoio de 35 a 40 por cento, no máximo 45 por cento dos votos exercidos (assim, talvez 25 a 35 por cento do eleitorado total, ou seja, talvez menos de 25 por cento de toda a população), assim, as pessoas do «*para* o povo» são consideravelmente menos de metade — na melhor das hipóteses — das pessoas de «*do* povo» (isto é, toda a gente).

A reflexão sobre estes equívocos em torno da palavra «povo» é instrutiva. A parte «*pelo* povo» constitui a chave, porque é a resposta à pergunta, «Em que assenta a legitimidade do governo?». Na democracia, a fonte do poder no Estado é, tecnicamente falando, o coletivo da população, embora isto tenha vindo a significar, na prática e na teoria, a maioria do coletivo. Numa comunidade pequena — por exemplo, uma aldeia —, toda a gente, literalmente, poderia participar em debates e decisões. A variabilidade na psicologia humana tende a gerar «líderes naturais», demagogos, pessoas amadas e admiradas ou que são ou parecem ser judiciosas, daí que até pequenos coletivos tenham a tendência para se submeterem à direção de um ou alguns de entre eles. No entanto, poderemos entregarmo-nos a uma fantasia como a de Rousseau, a de uma democracia pura em pequena escala, e situar no envolvimento coletivo de todas as pessoas e, em particular, no consenso entre elas, o fator legitimador da sua autodeterminação.

Devido ao crescimento das populações em dimensão e diversidade, torna-se impraticável reunir todas as pessoas num único lugar para discutir e decidir. Esta é uma das razões para a existência de instituições «representativas», delegados (a transmitir os desejos de um eleitorado) ou plenipotenciários (a atuar em nome de uma circunscrição) que substituem o coletivo ou,

pelo menos, a parte dele com o direito de os nomear. Esta última forma de democracia constitui aquilo a que se chama mais rigorosamente «republicanismo» ou «democracia republicana» (representantes eleitos que se ocupam da *res publica* ou dos assuntos de Estado). Esta é uma solução racional para o problema da população numerosa. A forma suprema de legitimidade ainda reside no povo do «*pelo povo*» — ou seja, os dotados de direitos civis —, que investem e podem destituir os representantes.

Contudo, à medida que as instituições constituídas para desempenhar as funções governamentais nesta versão «republicana» do sistema político vêm a dispor de poderes, e quando os responsáveis eleitos e nomeados dessas instituições passam a exercer esses poderes de maneiras demasiado complexas e numerosas para que haja uma intervenção direta do povo, também a fonte de legitimidade se torna mais remota da real atuação do governo, restringindo-se apenas aos momentos eleitorais e tornando-se por isso cada vez mais fictícia na prática. Os que estão profissionalmente envolvidos nos cargos das instituições governamentais acabam, em consequência, a gozar de um grau de impunidade que só é constrangido nas margens dos seus mandatos — geralmente, os momentos eleitorais periódicos — e, mesmo aí, a invisibilidade ou a apresentação manipulada (*spin*) da maior parte daquilo que fazem, imerso nas profundezas do exercício diário e circunstanciado do poder, reduz a medida real da sua responsabilização.

Estes pontos estão intimamente relacionados com a primeira razão — referida na Introdução — para o descontentamento com a democracia: o facto de não estar a corresponder quanto basta às aspirações e necessidades, tendo antes ficado encurralada nos sectarismos políticos que reduzem a sua capacidade para responder às diversidades sociais e económicas.

A culpa cabe em grande parte ao efeito da faceta do problema que se traduz por *para o povo = para doadores e apoiantes do partido político vencedor*. À medida que os sufrágios se alargaram e aumentou o número de votantes, a partir de meados do século XIX, também os partidos políticos tiveram de se tornar mais organizados e disciplinados a fim de controlarem as alavancas da governação e levarem a cabo os seus propósitos — aquilo que é conhecido na gíria norte-americana por «política da máquina», ou seja, a política da «máquina partidária». Uma consequência mais manifesta tem sido a politização explícita do governo. Os debates nas legislaturas são combates políticos partidários, a mostrar como a política substituiu de facto o governo em pelo menos todas as questões e problemas das manchetes que exigem ação em qualquer momento presente da vida de um Estado.

Afirmar que a *política da máquina* substituiu o *governo* ou, pelo menos, já infetou o governo, a ponto de gerar desconfiança no governo através da desconfiança nos políticos, é reconhecer que um perigo descrito por Madison no seu Artigo Federalista n.º 10, nomeadamente, que o «facciosismo» (ou seja, a política partidária) usurparia ou envenenaria o governo, já aconteceu.¹ Quando as pessoas veem divisões partidárias amargas em torno de assuntos que afetam a sua sociedade e economia, e quando veem a política pública a privilegiar um lado no debate sem sensibilidade ou recetividade suficientes para com outros lados e interesses, aumenta o descontentamento com todo o processo.

Uma parte significativa deste problema relaciona-se com a questão de «a maioria», mais precisamente, a falácia do «maioritarismo», nomeadamente, a crença de que democracia é o que a maioria quer, pelo que é a preferência da maioria que decide a resolução do problema. Desde logo, porque não existe algo que seja uma maioria. A sociedade é uma agregação de minorias

(incluindo indivíduos: minorias de um), um número suficiente das quais poderão associar-se temporariamente em determinadas ocasiões relativamente a um assunto concreto — eleições, ou referendos se a escolha for binária — para dar a ilusão de «uma maioria». Outra razão é que a ideia de uma ordem democrática assenta em conceitos como o primado da lei, os direitos individuais e as liberdades civis que, longe de privilegiarem as preferências da maioria, existem explicitamente para proteger as minorias e os indivíduos de outras minorias e indivíduos, e de qualquer maioria que agregações daqueles possam vir a constituir.

A ficção de «uma maioria» é usada quando se precisa de consentimento para se chegar a uma decisão. É uma ficção útil até certo ponto, porque em assuntos práticos tergiversar demasiado entre opiniões concorrentes acaba por ser contraproducente. Neste caso, e na falta de algo melhor, o apelo para esse conceito é eficaz. Todavia, veio a avolumar-se em algo que não é, a saber, a fonte putativa de legitimidade para as instituições e práticas do regime político. *A maioria* não é esta fonte; é-o *o coletivo como um todo*. *A maioria* (na medida em que tal coisa exista mais do que a título provisório e relativamente a uma questão concreta) é *somente parte do coletivo* — na verdade, pode ser só 51 por cento do coletivo —, razão pela qual questões de direitos, liberdades e a proteção da lei são tão importantes, no interesse (neste caso) dos 49 por cento: na verdade, no interesse de até um só membro do coletivo.

Com muito poucas exceções, as democracias são na prática democracias *republicanas* no sentido atrás definido. As democracias republicanas são aquelas em que a parte votante do povo elege representantes para uma legislatura, não sendo esses representantes meros delegados encarregados de transmitirem os

desejos dos eleitores, mas dotados do poder de tomar decisões e implementar políticas em nome do povo — de todo o povo, não só dos que podem votar.

As democracias republicanas não são, como julga agora a percepção comum, sistemas políticos sem reis e rainhas, mas incluem monarquias constitucionais como as que existem no Reino Unido, na Suécia, nos Países Baixos, em Espanha, na Austrália, na Tailândia, na Nova Zelândia e no Japão, em que o chefe de Estado (que serve como a parte «dignificada», não a parte «eficiente» da constituição, para adotar a distinção de Walter Bagehot)² não tem poderes executivos, mas é meramente uma figura de proa. Esses monarcas não são eleitos para as suas posições, mas herdam-nas. Os defensores da monarquia constitucional argumentam que isto proporciona a continuidade acima da refrega política e constitui um ponto de convergência para o patriotismo e a identidade nacional. Os críticos contrapõem que, pelo menos nalguns casos, como no próprio Reino Unido, perpetua as distinções de classes e as desigualdades, e é excessivamente dispendiosa.

Alguns países elegeram presidentes que, do mesmo modo, são em grande medida ou totalmente cerimoniais, encarregando-se do passo final simbólico de promulgar leis e tratados internacionais, sendo exemplos disso a Alemanha e a Irlanda.

Chefes de Estado executivos, como os presidentes dos Estados Unidos, da Rússia, de França e da Turquia também desempenham o papel cerimonial quando a ocasião o exige, mas o mais importante é que dispõem de reais poderes de governação. Nos Estados Unidos e em França, a relação da presidência com os outros braços do governo é mais complexa do que na Rússia e na Turquia, onde o poder presidencial é mais monárquico e menos limitado.



ESTAMOS A VIVER O FIM DAS DEMOCRACIAS?

Nos últimos vinte anos, o mundo enfrentou uma sucessão de crises – na finança global, migrações, a pandemia de covid-19 e uma guerra de agressão em grande escala no continente europeu –, com consequências sociais, económicas e políticas graves, que resultaram em frustração, medo e ira.

Ao apoiar-se no descontentamento social, o extremismo propõe soluções simplistas e estereotipadas em resposta às ansiedades e incertezas que afetam as nossas sociedades. E a consequência é que, por todo o mundo, os alicerces da democracia estão a ser corroídos.

Neste livro, analisam-se as razões e o modo como isto está a acontecer e propõem-se soluções – ou, pelo menos, melhoramentos. Porque o que as democracias oferecem aos seus povos em matéria de liberdades civis, direitos humanos e Estado de direito é demasiado precioso para se perder.

AINDA VAMOS A TEMPO DE RESISTIR.

«A. C. Grayling aplica a sua grande capacidade intelectual à questão mais premente dos nossos tempos.»

HELENA KENNEDY, advogada especializada
em liberdades civis e direitos humanos



Penguin
Random House
Grupo Editorial

penguinlivros.pt

  penguinlivros

ISBN: 978-989-589-599-1



9 789895 895991